

USTR DISPONIBILIZA LISTAS DE PRODUTOS PARA EXCLUSÃO OU REINTEGRAÇÃO AO SGP

O SGP é um programa que reduz para zero a tarifa para determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento, condicionada ao cumprimento de pré-requisitos.

Encontra-se em discussão a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP), cujo prazo está previsto para expirar no dia 31 de julho deste ano. No dia 19 de março, em audiência do Comitê de Finanças do Senado sobre a agenda de política comercial do presidente para 2013, o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, em inglês) comunicou que o presidente, em consulta com o Congresso sobre o futuro do programa, analisará as opções que levam em conta tanto as necessidades dos países mais pobres do mundo e a competitividade crescente das várias economias emergentes beneficiárias, assim como o impacto do programa para as empresas e os consumidores norte-americanos.

Na mesma data, o USTR disponibilizou os dados de importação referentes a 2012, bem como as listas de produtos que poderão ser excluídos ou reintegrados ao SGP, com base nas regras de limites de competitividade (*competitive needs limitations – CNLs*, em inglês). Três listas disponibilizadas pelo USTR afetam diretamente as exportações brasileiras:

Lista I - identifica os produtos que ultrapassaram os CNLs e poderão perder os benefícios do SGP. Nesta lista encontram-se o milho (HTS 1005.90.40) e o ferro-liga de cálcio e silício (HTS

7202.99.20) provenientes do Brasil. O milho perderá os benefícios automaticamente, a partir do dia 1º de julho de 2013, haja vista não ter sido apresentada a petição para a dispensa (*waiver*, em inglês) dos CNLs. O USTR analisará a petição para a concessão de dispensa dos CNLs para o ferro-liga de cálcio e silício.

Lista II – identifica os produtos elegíveis para uma dispensa de *minimis* dos CNLs, que poderá ser concedida caso o país beneficiário tenha exportado para os Estados Unidos 50% ou mais do valor total das importações, sem exceder o valor mínimo estabelecido para aquele ano (US\$ 21 milhões em 2012).

Lista III – identifica os produtos que perderam anteriormente os benefícios do SGP por excederem os CNLs, porém não atingiram o mesmo nível de exportação em 2012 e, desta forma, poderão apresentar petições para a recuperação da elegibilidade.

As petições de dispensa dos CNLs poderão ser apresentadas até o dia 12 de abril de 2013.

A lista completa de produtos brasileiros afetados poderá ser acessada através do seguinte link:

(http://www.sistemaindustria.org.br/publicacao/files/BIC_Alerta_2012_G_P_Annual_Product_Review.pdf)

Nesta Edição

Miscellaneous Tariff Bill Continua em Processo de Aprovação	Pág. 02
Líderes do Senado Apresentam Projeto de Lei sobre Reautorização Aduaneira	Pág. 02
Brasil e EUA Realizam Fórum de CEOs e Diálogo Estratégico de Energia em Brasília	Pág. 03
A Regulamentação da Lei de Modernização da Segurança Alimentar	Pág. 04
EUA Realiza Audiência Pública sobre o Acordo Internacional de Serviços	Pág. 05
Negociações entre Estados Unidos e União Europeia Iniciarão em Junho	Pág. 05
Parceiros da TPP Mantém Rodadas de Negociações	Pág. 06



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

Miscellaneous Tariff Bill Continua em Processo de Aprovação

A proposta de lei que isenta impostos de importação para diversos itens, conhecida como *Miscellaneous Tariff Bill* (MTB, em inglês), está em processo de reaprovação no Congresso dos Estados Unidos. O pacote legislativo foi apresentado em janeiro deste ano, mas expirou sem aprovação no último Congresso. O Comitê de *Ways and Means* anunciou que os parlamentares tiveram até o dia 2 de abril para confirmarem que suas propostas fariam parte do pacote da MTB em 2013.

A MTB é um conjunto de propostas de lei que visa dar preferência tarifária a insumos (importações de certos produtos geralmente não fabricados nos EUA) que serão usados na produção local nos Estados Unidos.

Mais de 600 produtos foram afetados com a expiração da isenção tarifária no final de 2012. Contudo, fabricantes norte-americanos solicitaram isenções para 2.100 produtos no ano passado. Para ser incluso na proposta de lei, um produto importado não deverá ser produzido nos Estados Unidos ou competir com produtos domésticos e não deverá custar mais de US\$ 500.000 por importação. O tipo de importações abrangidas pelo MTB incluem matérias-primas ou bens intermediários não disponíveis no país, principalmente produtos químicos, componentes eletrônicos e peças mecânicas, usados por fabricantes americanos para produzir produtos acabados.

O Congresso não considerará novas propostas de lei para a MTB, somente aquelas que fizeram parte do pacote apresentado em janeiro deste ano. Ainda não há previsão de quando a proposta de lei será apresentada para votação.

Líderes do Senado Apresentam Projeto de Lei sobre Reautorização Aduaneira

No dia 22 de março, os Senadores Max Baucus (democrata de Montana) e Orrin Hatch (republicano de Utah), líderes do Comitê de Finanças do Senado, apresentaram um novo projeto de lei para reautorização aduaneira. O projeto de lei, intitulado "*Trade Facilitation and Trade Enforcement Reauthorization Act of 2013*", visa fortalecer a alfândega dos Estados Unidos (CBP, em inglês) e a agência norte-americana de imigração (ICE, em inglês). Além disso, o projeto:

- Reforça o cumprimento de leis de comércio e impede a entrada de produtos piratas que possam ameaçar a segurança e inovação do país;
- Cria novos postos de vice-comissário e comissário assistente para cumprimento de leis e facilitação de comércio;
- Requer a coordenação entre CBP e ICE, especialmente concernente à operação dos portos;
- Beneficia companhias que participam de programas voluntários; e
- Inclui regras, anteriormente aprovadas pelo Comitê de Finanças no Senado no "*Enforce Act*" em julho de 2012, com objetivo de combater evasão de taxas de antidumping e salvaguardas.

Na Câmara, duas propostas de lei expiraram sem aprovação em 2012, o "*Customs Trade Facilitation and Enforcement Act of 2012*" (HR 6642) apresentado pelo Deputado Kevin Brady (republicano do Texas), e o "*Protect Act*" (HR 166) pelo Deputado Charles Boustany (republicano de Louisiana). Ainda que estas propostas de lei tenham sido introduzidas na Câmara no passado, terão que ser reapresentadas para consideração no atual Congresso.

A Câmara ainda não decidiu qual a versão da proposta de lei será considerada, mas o assunto poderá ser impulsionado pela movimentação do Senado.

Brasil e EUA Realizam Fórum de CEOs e Diálogo Estratégico de Energia em Brasília

Nos dias 18 e 19 de março, o Brasil e os Estados Unidos realizaram em Brasília dois diálogos importantes abrangendo assuntos de comércio e energia.

Criado em 2007, o Fórum de Altos Executivos entre o Brasil e os Estados Unidos, para empresários de ambos os países, tem como objetivo o desenvolvimento de recomendações conjuntas para a expansão do comércio bilateral, assim como a apresentação destas recomendações aos seus respectivos governos. Os assuntos prioritários incluem tributação e comércio; educação e inovação; infraestrutura; energia; e aviação. O evento foi co-presidido pela secretária do comércio dos EUA em exercício, Rebecca Blank; o vice-conselheiro de Segurança Nacional para Assuntos Econômicos Internacionais da Casa Branca, Michael Froman; o ministro de Comércio do Brasil, Fernando Pimentel; e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman.

Durante a reunião, o grupo elaborou as seguintes recomendações:

- Convide aos governos, aproveitando a ocasião do acordo recém-aprovado de troca de informações fiscais (TIEA), para adicionar à pauta outras questões fiscais que poderiam, eventualmente, abrir caminho para um tratado fiscal bilateral.
- Continuar o progresso nas negociações sobre a participação do Brasil no Programa de Entrada Global, tornando mais fácil a entrada de brasileiros que viajam para os Estados Unidos a negócios.
- Continuar a cooperação na área de infraestrutura e aproveitar a missão de infraestrutura ao Brasil, prevista para maio, para criar oportunidades de parceria para empresas americanas e brasileiras.
- Continuar a colaborar em questões de desenvolvimento de educação e força de trabalho através do apoio aos programas como a iniciativa “100.000 forte nas Américas,” criada pelo presidente Obama, assim como o “Programa de Mobilidade Científica” no Brasil.
- Com base no trabalho do Diálogo Estratégico de Energia, envolver o setor privado em infraestrutura de energia em discussões políticas.
- Continuar a cooperação entre o escritório de Patentes e Marcas dos EUA (USPTO, em inglês) e do Brasil, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e criar maior envolvimento nos esforços de intercâmbio mais formais de apoio à inovação.
- Continuar o trabalho no âmbito do Acordo de Parceria de Aviação, que visa promover a cooperação no setor de aviação e utilizar este acordo como modelo para outros setores.

As recomendações finais do Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA de 2013 serão disponibilizadas pelo grupo em breve.

Em paralelo ao Fórum, os governos brasileiro e norte-americano também realizaram o segundo encontro do Diálogo Estratégico de Energia (DEE), co-liderado pelo secretário adjunto de energia dos EUA, Daniel Poneman, e vice-ministro de minas e energia, Márcio Zimmermann.

O DEE foi criado em 2011 pelos presidentes Obama e Rousseff, envolvendo uma série de iniciativas bilaterais sobre biocombustíveis, energia renovável, eficiência energética, *smart grid*, desenvolvimento de petróleo e gás, e energia nuclear. Em declaração conjunta, os países afirmam que o DEE avançou na área de cooperação em biocombustíveis, que inclui: análise de sustentabilidade de biocombustíveis, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de conversão de biocombustíveis, e cooperação no desenvolvimento de biocombustíveis de aviação.

Outros avanços incluem cooperação entre a Petrobras e o Departamento de Energia (DOE), a fim de desenvolver tecnologia para produção de biocombustível avançado e avaliar suas emissões. Outras iniciativas abrangem cooperação entre o DOE e a Eletrobrás em eficiência energética, e preparações para um workshop sobre *Smart Grid* e transmissão de eletricidade, a ser realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2013. Ademais, atenção foi dispensada às iniciativas relacionadas ao gás não convencional, que inclui o gás de xisto.

Para maiores informações, favor acessar o link:

(<http://energy.gov/articles/us-energy-deputy-secretary-poneman-brazil-s-deputy-minister-mines-and-energy-zimmermann>)

A Regulamentação da Lei de Modernização da Segurança Alimentar

A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA, em inglês) institui novos sistemas de fiscalização preventiva da cadeia produtiva de alimentos.

Em consonância com a Lei de Modernização de Segurança Alimentar (*Food Safety Modernization Act – FSMA*, em inglês), as instalações estrangeiras que fabricam, processam, embalam ou armazenam alimentos para o consumo humano ou animal, nos EUA, devem ser registradas junto à Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, em inglês), entre os dias 1º de outubro e 31 de dezembro, a cada dois anos. O prazo para notificação de alteração de qualquer informação ou cancelamento do registro é de 60 dias e deverá ser realizada mediante utilização de formulários de cadastro. Estão desobrigadas do registro, as instalações estrangeiras, cujo alimento fabricado, processado, embalado ou armazenado é submetido a processamento posterior por outra instalação estrangeira antes de ser exportado para os EUA. Entretanto, se a instalação estrangeira subsequente realiza apenas uma atividade mínima, como rotulagem, ambas as instalações devem ser cadastradas. A FDA abriu um período de consulta pública e estará recebendo comentários associados ao registro de instalações para alimentos até **26 de abril de 2013**.

Além disso, a FDA abriu o período de consulta pública sobre duas novas propostas regulamentares, referentes ao FSMA:

- **Regra de Controles Preventivos:** A FDA propõe obrigar as instalações de alimentos a monitorar seus controles, verificando a sua eficácia, tomando as medidas apropriadas para a correção de quaisquer problemas, bem como mantendo os registros que documentam essas ações. A FDA propõe que produtores de alimentos se adequem às novas normas de controles preventivos um ano após a publicação das regras finais no Diário Oficial dos EUA. As pequenas e micro empresas teriam mais tempo para cumprir com o novo regulamento.
- **Regra de Segurança de Padrões de Cultivo:** A FDA propõe padrões de segurança para o cultivo, colheita, embalagem e armazenamento de frutas e verduras em fazendas estrangeiras e domésticas. Essa regra abrangerá todas as frutas e vegetais, exceto as que raramente são consumidas cruas ou destinadas ao processamento comercial, o qual irá reduzir os microrganismos que oferecem risco à saúde pública. Por fim, a regra concentra-se em áreas de risco, tais como: águas agrícolas, alterações biológicas do solo, saúde e higiene, animais domésticos e selvagens, e equipamentos, ferramentas e prédios.

O prazo para o envio de comentários públicos é até o dia 16 de maio de 2013.

A FDA promoveu também a atualização da seção relativa a perguntas e respostas do seu *website*, disponibilizando informações sobre as novas propostas regulamentares.

Para maiores informações, acesse os seguintes links:

- Coleta de informações sobre o registro de instalações alimentares: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-03-27/pdf/2013-07029.pdf>
- Regra de controles preventivos: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-01-16/pdf/2013-00125.pdf>
- Regra de segurança de padrões de cultivo: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-01-16/pdf/2013-00123.pdf>
- Seção de perguntas e respostas sobre o FSMA: <http://www.fda.gov/Food/GuidanceRegulation/FSMA/ucm247559.htm>

EUA Realiza Audiência Pública sobre o Acordo Internacional de Serviços

Em 12 de março, o Grupo Interinstitucional de Política Comercial dos EUA realizou a primeira audiência pública sobre os objetivos das negociações para o acordo internacional de serviços (ISA, em inglês). As negociações, que excluem o Brasil, provavelmente iniciarão oficialmente no mês de abril e contam com os seguintes países: Estados Unidos, Austrália, Canadá, Chile, China Taipei, Colômbia, Costa Rica, União Europeia, Hong Kong, China, Islândia, Israel, Japão, Coreia, México, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Suíça e Turquia.

O vice representante comercial adjunto para serviços, Christopher Melly, relatou que 50 comentários públicos foram recebidos, além das doze testemunhas que participaram na audiência pública.

Os objetivos dos EUA incluem certificar que companhias norte-americanas poderão competir com base na qualidade e competência e não nacionalidade; assegurar maior transparência e estabilidade regulatória; e abordar novos aspectos do mercado global. Os participantes da audiência abordaram questões como o aumento do acesso ao mercado e tratamento nacional, fluxo transfronteiriço de dados, empresas estatais, barreiras regulatórias e liberdade regulatória.

Em janeiro deste ano, o Representante Comercial dos EUA informou ao Congresso que iniciará negociações sobre um acordo de comércio sobre serviços. As negociações serão realizadas em Genebra com o grupo de parceiros comerciais, que representa aproximadamente dois terços do comércio global de serviços. Em 2011, os EUA tinha um superávit de US\$178,5 bilhões em comércio de serviços globais.

Negociações entre Estados Unidos e União Europeia Iniciarão em Junho

No dia 20 de março, o Representante Comercial norte-americano comunicou formalmente ao congresso norte-americano que as negociações entre os Estados Unidos e a União Europeia iniciarão a partir de junho de 2013.

A carta enviada ao Congresso dá seguimento ao anúncio feito no mês passado pelo Presidente Obama e líderes da União Europeia. Na ocasião, eles afirmaram que, baseando-se nas recomendações positivas do grupo de trabalho de alto nível entre os dois blocos, os EUA e a União Europeia fariam os preparativos necessários para iniciar as discussões sobre a parceria transatlântica de comércio e investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP*, em inglês).

O comércio de bens e serviços entre os EUA e União Europeia é de grande importância para a economia global, com aproximadamente 50% da produção global e 30% do comércio mundial. O investimento bilateral alcançou US\$3,7 trilhões em 2011 e 2,2 milhões de empregos nos Estados Unidos são relacionados às exportações para a União Europeia.

A TTIP estabelecerá novas regras e disciplinas de comércio global para abrir novos mercados, inclusive a eliminação de barreiras de comércio existentes e o estabelecimento de mecanismos para a integração econômica. Já que as tarifas médias de importação dos dois blocos são relativamente baixas, o foco das negociações será reduzir barreiras não-tarifárias, custos de diferenças regulatórias e desenvolvimento de regras e princípios sobre as questões globais emergentes.

Os objetivos específicos das negociações incluirão: comércio de bens, serviços, comércio eletrônico, tecnologia de informação, investimento, facilitação aduaneira e de comércio, compras governamentais, questões trabalhistas, meio-ambiente, propriedade intelectual, estatais, pequenos e médios negócios, transparência e anticorrupção, competição e contenciosos. Outros objetivos como proteção à saúde, segurança e interesses do consumidor também integrarão as negociações.

Sobre o comércio no setor de agricultura, produtos industrializados e bens de consumo, os Estados Unidos buscam eliminar todas as tarifas e taxas pertinentes ao efetivar o acordo, assim como estabelecer períodos de transição para produtos sensíveis e mecanismos de salvaguarda, se necessário. Além disso, os Estados Unidos busca acesso recíproco ao mercado têxtil e cooperação aduaneira para facilitar o comércio nesta área.

As regras estabelecidas, assim como a eliminação de subsídios no setor de agricultura, poderão facilitar futuras discussões entre os EUA e o Brasil sobre estes e outros assuntos.

Para visualizar o texto da carta enviada ao Congresso norte-americano, acesse o link:
(<http://www.ustr.gov/sites/default/files/03202013%20TTIP%20Notification%20Letter.PDF>)

Parceiros da TPP Mantém Rodadas de Negociações

A 16ª rodada de negociações sobre a Parceria Transpacífica (TPP), realizada entre os dias 4 e 13 de março em Singapura, contou com um total de 11 participantes, incluindo os Estados Unidos, Austrália, Peru, Vietnã, Canadá, Malásia e México.

Segundo a negociadora-chefe e assistente do Representante Comercial dos Estados Unidos, Barbara Weisel, as delegações encontraram soluções para problemas em diversas áreas, tais como: alfândegas, telecomunicações, investimentos, serviços, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, coerência da regulamentação e desenvolvimento. O avanço nesses temas permitirá que os países envolvidos nas negociações da TPP concentrem seus esforços na resolução de questões mais desafiadoras, ainda pendentes, incluindo propriedade intelectual, competitividade e meio-ambiente. Apesar do progresso, o grupo não deverá cumprir o prazo inicial de um acordo final de comércio até outubro deste ano, segundo o primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key. Contudo, no encerramento da rodada os negociadores-chefes relataram que haviam alcançado a meta, estabelecida para a rodada, de acelerar as negociações para a conclusão de um acordo ainda em 2013, tempo previsto pelo presidente Barack Obama e líderes dos outros 10 países.

Ainda este mês, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, anunciou a candidatura do Japão para integrar o grupo da TPP. Com a participação do Japão, a terceira maior economia do mundo deixa de ter papel marginal nas negociações comerciais internacionais. Para os Estados Unidos, a participação do Japão aumenta dramaticamente a importância econômica deste acordo, abre o caminho para a construção de uma plataforma genuinamente Pacífico-Asiática, e traz um aliado para a mesa de negociação, já que Estados Unidos e Japão compartilham das mesmas opiniões em várias áreas. A candidatura do Japão, que ainda espera aprovação dos 11 países da TPP, enfrenta grande reação contrária dos produtores agrícolas japoneses, fortemente protegidos por tarifas de importação no país.

A 17ª rodada de negociações da TPP será realizada nos dias 15 a 24 de maio, em Lima, Peru.